

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 789.182 - RS (2015/0247085-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : ROSANGELA MARIA TROCA  
**AGRAVANTE** : JOSE ERNESTO FERREIRA  
**ADVOGADOS** : RAFAEL DE CASTRO VOLKMER E OUTRO(S) - RS056168  
CRISTIANE PRESTES MACHADO E OUTRO(S) - RS067524  
**AGRAVANTE** : LUIZ EDUARDO RODRIGUES FERREIRA  
**ADVOGADOS** : GUILHERME ACOSTA MONCKS E OUTRO(S) - RS065405  
IGOR DE OLIVEIRA ZIBETTI E OUTRO(S) - RS069123  
FABRÍCIO CAGOL E OUTRO(S) - RS065111  
SÉRGIO LIPINSKI BRANDÃO JÚNIOR E OUTRO(S) - RS078868  
SUELEN DA SILVA SANTOS E OUTRO(S) - RS093957  
INGRID DA SILVA CAMEJO WIETH E OUTRO(S) - RS095294  
**AGRAVADO** : OS MESMOS  
**INTERES.** : BEATRIZ RODRIGUES FERREIRA  
**ADVOGADO** : LENIN DE BARROS LEIVAS - RS040040

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO PELO TRIBUNAL ESTADUAL NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL, CONSIDERADO O IMPROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA PARTE ADVERSA. RESULTADO PRÁTICO JÁ ATINGIDO. RECONHECIMENTO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por José Ernesto Ferreira e Rosângela Maria Troca contra decisão da Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que negou seguimento ao seu recurso especial.

Por sua vez, o recurso especial, que teve o seguimento negado, voltou-se contra o aresto prolatado pelo Tribunal de origem assim ementado (e-STJ, fl. 382):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO. VENDA DE ASCENDENTE PARA DESCENDENTE. DECADÊNCIA RECONHECIDA. PRAZO. TERMO INICIAL. ART. 179 DO CÓDIGO CIVIL.

É de 02 (dois anos) anos o prazo para anular negócio jurídico realizado entre ascendente e descendente, cujo termo a quo, na hipótese,

iniciou-se na data da conclusão do negócio. Exegese do art. 179, combinado com o art. 496, ambos do Código Civil.

Inaplicabilidade, ademais, à decadência, das causas de interrupção ou suspensão da fluência do prazo, próprias da prescrição.

RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO.

UNÂNIME.

Em seu apelo especial (e-STJ, fls. 488-505), fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, José Ernesto Ferreira e Rosângela Maria Troca apontaram violação dos arts. 191, 508 e 535 do Código de Processo Civil de 1973.

Preliminarmente, sustentaram a existência de negativa de prestação jurisdicional, acerca dos argumentos expendidos no tocante à alegada intempestividade do recurso de apelação da parte adversa.

Afirmaram, no ponto, que a Terceira Turma do STJ, por ocasião do julgamento do Resp 1.262.559/RS, "ao analisar as razões de que o procurador do recorrido havia sido cientificado da sentença antes da disponibilização da intimação, por meio de carga dos autos, afirmou que a questão não fora objeto do recurso e, portanto, não poderia ser analisado naquele momento" (e-STJ, fl. 496).

Aduziram, assim, que "o argumento de que o procurador do recorrido foi inequivocamente cientificado da sentença por meio de carga dos autos antes da veiculação da respectiva intimação não foi objeto de análise em instância alguma" (e-STJ, fls. 497), a merecer seu conhecimento.

No mérito, alegaram, a pretexto de violação dos arts. 191 e 508 do CPC/1973, que (e-STJ, fl. 500):

O Recorrente, então Recorrido, Luiz Eduardo, muito embora até a prolação da sentença estivesse representado pelo mesmo procurador de sua irmã e litisconsorte, Beatriz [fls. 12-3], constituiu outro profissional para respresentá-lo exclusivamente por ocasião da prolação da sentença [ fl. 113].

Trata-se do advogado Sérgio Lipinski Brandão Júnior, inscrito na OAB/RS sob o n. 78.868, seu primo, filho de Irlene Ferreira Brandão, irmã de seu Pai, Francisco Luiz Ferreira [ fls. 17-9], que atua ou compõe a sociedade Moncks, Zibetti e Cagol advocacia e consultoria, com sede no Município de Pelotas e filial no do Rio Grande, ambos no Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto à faculdade de as partes representadas por procuradores diversos, falarem nos autos no prazo em dobro, os Recorrentes não

tem objeção.

No caso dos autos, o Recorrido, Luiz Eduardo, requereu juntada da procuração em que constituiu seu novo procurador em 19-7-2010, segunda-feira [ fl.

113]. A intimação acerca da sentença havia sido disponibilizada em 15-7-2010, quinta-feira [ fl. 112]. Logo, restavam 14 (quatorze) dias de prazo simples para a interposição da APELAÇÃO Qya. Essa condição teria assegurado 28 (vinte oito) dias de prazo ao Recorrente para a interposição do Recurso no prazo dobrado. Isso quer dizer que o termo final era em 15-8- 2010, domingo, prorrogando, pois, para o primeiro dia útil subsequente, 16-8-2010, segunda-feira. Ainda assim, foi intempestiva a interposição da APELAÇÃO CÍVEL, uma vez que protocolizado em 17-8-2010, terça-feira [ fl. 114].

Requereram, assim: "i) a partir do reconhecimento da negativa de vigência dos incisos I e II do artigo 535 do Código de Processo Civil, [fosse] desconstituído acórdão e determinada a integral apreciação dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; ii) não acolhido o pedido supra, [fosse] provido o RECURSO para o fim de reformar integralmente o acórdão recorrido e acolher a preliminar arguida em sede de CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO CÍVEL para não conhecer da APELAÇÃO CÍVEL, uma vez que interposta fora do prazo, seja computando-se a duplicação do saldo do prazo decorrente da juntada da procuração em 16-7-2010, seja com o cômputo do decurso total, computando-se como termo inicial a carga dos autos realizada em 9-7-2010" (e-STJ, fl. 504).

A parte adversa não apresentou contrarrazões (e-STJ, fl. 520).

Conforme adiantado, o Tribunal de origem negou seguimento ao seu recurso especial por reputar que a matéria não se encontra prequestionada (e-STJ, fls. 513-516).

Inconformados, os recorrentes interpuseram o presente agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual (e-STJ, fls. 523-541).

A parte adversa apresentou contraminuta à fl. 559 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Não se antevê interesse recursal no tocante à questão posta.

Nos termos relatados, pretendem os insurgentes o reconhecimento da intempestividade de recurso de apelação interposto pela parte adversa, o qual, embora conhecido, foi julgado improvido, o que, declaradamente, atende aos interesses da parte ora

insurgente.

Efetivamente, a matéria somente guardaria alguma relevância, caso o desfecho do recurso especial da parte adversa houvesse logrado êxito em alguma medida, o que também não é o caso dos autos.

Assim, o resultado pretendido com o presente recurso já fora alcançado pelo desfecho dado à causa pela instância precedente, integralmente mantido, ressalta-se, na presente via especial.

Nesse sentido, cita-se o seguinte julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REGISTRO PÚBLICO. TRANSCRIÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO OCORRIDO NO EXTERIOR. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA. REMESSA NECESSÁRIA. DESPROVIMENTO.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. RECURSO. QUESTIONAMENTO ACERCA DO CABIMENTO DA REMESSA EX OFFICIO EM CAUSAS REFERENTES A OPÇÃO DE NACIONALIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1 - A questão posta no presente recurso especial não está relacionada com a matéria de fundo do requerimento formulado na petição inicial - transcrição do registro de nascimento ocorrido no exterior. O que questiona o recurso especial, interposto pelo Ministério Público Federal na qualidade de custos legis, é o cabimento do reexame necessário das sentenças referentes à nacionalidade, com ênfase na possível afirmação, constante do v.

acórdão recorrido, de ocorrência de repristinação automática de norma de há muito revogada.

**2 - Ausência de interesse recursal, pois inexistente utilidade prática no resultado do julgamento do recurso; mesmo com eventual provimento e consequente não conhecimento da remessa oficial, a questão de fundo decidida pela r. sentença permaneceria incólume, pois a remessa oficial foi desprovida, por maioria de votos, confirmando-se a sentença.**

**3 - O interesse de recorrer é requisito intrínseco aos recursos, sendo sua presença fundamental para a admissibilidade das súplicas. O provimento do recurso deve proporcionar ao recorrente benefícios do ponto de vista prático, e não apenas teórico e genérico, como se almeja no presente caso.**

4 - Recurso especial não conhecido.

(REsp 806.093/CE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/05/2014, DJe 30/05/2014)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em arremate, na esteira dos fundamentos acima delineados, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator